

"A IP não tem que ter uma visão sobre o destino daqueles terrenos"

António Laranjo, Presidente da IP - Infraestruturas de Portugal

Na sequência da [audição parlamentar](#) à Infraestruturas de Portugal, no passado dia 16 de Março, foram mais as questões levantadas do que as respondidas. Se, por um lado, a IP é peremptória na **atribuição de todas as responsabilidades sobre o destino do terreno e edifício da antiga estação ferroviária à Câmara Municipal do Porto**, afirma também, por outro, **nunca ter recebido a recomendação da CMP ao governo para reverter o contrato-promessa de constituição de direito de superfície ao El Corte Inglés**, aprovada por unanimidade pelo Executivo da Câmara Municipal do Porto em Novembro de 2019. A falta de envio ou de receção deste importante documento é grave e exemplificativa da falta de transparência com que todo este processo tem sido gerido ao longo das últimas décadas.

Ao mesmo tempo, temos vindo a observar um lamentável jogo do empurra entre a Câmara Municipal do Porto e a Infraestruturas de Portugal, que remetem uma à outra a responsabilidade da decisão sobre o futuro dos terrenos e edifício da antiga estação ferroviária do Porto-Boavista. Isto leva-nos a perguntar: se não sobre a Câmara Municipal do Porto nem sobre a Infraestruturas de Portugal, sobre quem recai a responsabilidade de decidir o futuro deste património e de um processo público de tão elevado impacto na cidade do Porto? E que poder teve o executivo de Rui Rio quando, em 2003, negou a concretização deste mesmo projeto?

De qualquer forma, o contrato realizado **prevê cláusulas de resgate antecipado em caso de interesse público**, segundo disse o Eng. António Laranjo. Importa, então, perceber o que poderá a IP considerar como interesse público, uma vez que nem a recomendação do Executivo da Câmara Municipal do Porto, nem a [vontade cidadã manifesta em mais de 10.200 assinaturas](#), nem a opinião de especialistas em património industrial ferroviário parecem ser suficientes.

Também a questão levantada por Maria Manuel Rola, relativamente à reiterada vontade da IP de "assumir compromissos" ficou sem resposta: segundo a deputada do Bloco de Esquerda, o contrato inicial teria caducado em 2007, tendo sido apenas renovado em 2010, o que significa que **durante vários anos não existiu qualquer obrigação legal que vinculasse a IP ao El Corte Inglés**. Nesse sentido, consideramos que houve oportunidade legal para pôr termo ao processo e questionamo-nos sobre qual o interesse da IP em renovar o contrato caducado, quando não era obrigada a fazê-lo.

O Eng. António Laranjo afirmou ainda que "**a IP não tem que ter uma visão sobre a cidade ou sobre o destino daqueles terrenos**", o que nos parece incompreensível e irresponsável, tendo em conta que cabe à IP zelar por este património ferroviário e, enquanto empresa pública, deveria ter o interesse público como objetivo máximo da sua conduta.

De igual modo, o Eng. António Laranjo procurou defender o negócio, através do argumento da pesada indemnização que a IP teria que entregar ao El Corte Inglés, caso o contrato não fosse avante, nomeadamente a entrega do sinal em dobro e eventuais direitos vincendos ou lucros

cessantes. Esqueceu o Eng. António Laranjo que a lei só prevê a entrega do sinal em dobro em caso de responsabilidade do promitente vendedor no incumprimento do prometido, havendo apenas lugar à devolução simples do sinal em todos os outros casos. Por outro lado, **que montante de direitos vincendos, danos emergentes e lucros cessantes não poderão reivindicar os cidadãos e cidadãs do Porto, que, nos últimos 20 anos e por responsabilidade da IP e do El Corte Inglés têm sido privados de uma parte da sua cidade?**

Destacamos também as sucessivas afirmações do Eng. António Laranjo de que a IP procurou sempre esclarecer todas as questões que lhe foram remetidas, afirmações que muito contrastam com o total silêncio que lhe temos testemunhado nos últimos anos.

Por fim, salientamos as posições assumidas pelos deputados e deputadas do BE, PCP, PS, PSD e PAN, favoráveis à transparência do processo e à auscultação da sociedade civil. O deputado do PSD lamentou também o facto de a CMP ter abdicado da área verde a que teria direito em caso de concretização do projecto do El Corte Inglés.

Pouco eficaz na resposta às questões concretas de que a Comissão Parlamentar fez voz, esta audição foi bastante reveladora da postura inflexível da Infraestruturas de Portugal, que recusa categoricamente a possibilidade de ter tomado qualquer opção errada ao longo dos 21 longos anos em que decorre o processo. A morosidade deste processo e a falta de responsabilização política sobre o destino deste património público têm ajudado a aprofundar o abandono e degradação deste local tão relevante da cidade e a dificultar a possibilidade de transformar este equipamento e terrenos públicos em projetos mais significativos para a população e mais condizentes com os interesses públicos pelos quais estes organismos deveriam zelar.

Porto, 21 de Março de 2021

Movimento por um jardim ferroviário na Boavista

